



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Fundação Universidade Federal do ABC

Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas

Av. dos Estados, 5001 · Bairro Santa Terezinha · Santo André - SP · CEP 09210-

580 Fone: (11) 4996.7913

proap@ufabc.edu.br

### SINOPSE COPA ó 24/10/2018

Presentes: Claudia Regina vieira (CCNH), Karetina Lukasova (CMCC), Olavo Luppi (CECS), Priscila Benitez (Núcleo de Acessibilidade), Valterbasio Alves (Prefeitura Universitária), Erica Terceiro (ProGRAD), Paloma Breit (discente), Acacio Almeida e Tatiana Ferreira (Pro-Reitores da ProAP)

Ouvintes: Victoria Rosseto e Katia Chemalle

#### Informes Gerais

1. O Professor Acácio inicia a reunião com os informes:
  - Ontem, 23/10/2018, foram aprovadas as cotas trans em sessão do CONSUNI;
  - No mês de dezembro/ 2018, será feito um Seminário de Políticas Afirmativas, para o qual ele convida a COPA e a CPAF para pensar e elaborar os temas;
  - Em setembro/ 2018 foram iniciadas as primeiras discussões sobre o Observatório de Políticas Afirmativas, que consta no PDI e no Programa de Gestão do Reitor, Prof. Dácio;
  - Em 2019, serão mais comuns reuniões conjuntas entre a COPA e a CPAF;
  - Hoje saiu o Edital 76/2018, de Tradutores e Intérpretes de LIBRAS, para cinco novos tradutores temporários;
  - A pedido da Prof<sup>a</sup>. Priscila Benitez, a servidora Kátia, que é bibliotecária e agora integra o Núcleo de Acessibilidade, fará uma apresentação sobre o projeto da Biblioteca Digital Acessível;
  - Foi feito um edital, já publicado, aberto desde 23/10/2018 e com o link de inscrições a partir de 24/10/2018, de Monitoria Inclusiva Voluntária (sem bolsa);
  - Existe um outro edital aberto, de 05/10/2018, de Monitoria Inclusiva Voluntária, com bolsa;
  - Edital de Ingresso de 2019, no qual não constam ainda as vagas trans, mas constam as vagas de Ações Afirmativas próprias da UFABC e vagas PCD (Pessoa com Deficiência);
  - Há uma outra comissão em curso desde 2017: a Comissão de Heteroidentificação (pessoas auto declaradas pretas, pardas ou indígenas), para coibir fraudes em concursos públicos, estão sendo instauradas bancas de avaliação;
2. As Prof<sup>as</sup>. Priscila e Cláudia afirmam que algumas deficiências, como autismo, deficiência intelectual e transtornos globais de desenvolvimento, não são reconhecidos como deficiência e não entram nas cotas federais;
3. A Prof<sup>a</sup>. Tatiana sugere que seja verificada/ alterada a Resolução COMSUNI n° 121;
4. A Prof<sup>a</sup>. Priscila afirma que já fez essa solicitação para revisão da Res. 121 na Reunião da COPA de dezembro/ 2017, porém, até o momento, não ocorreu tal revisão;

5. A discente Paloma Breit questiona o Prof. Acácio sobre qual o critério para que os assuntos entrem na pauta/ na ordem do dia;
6. O Prof. Acácio responde que o servidor Fernando, Secretário da Segurança, fica, a partir de agora, encarregado das duas comissões, a COPA e a CPAF, podendo responder e-mails e organizar demandas e que, tudo o que passa por ele a pedido dos membros das comissões entra na pauta da respectiva reunião;
7. A servidora Mara informa que as Resoluções 121 e 175 foram disponibilizadas para acesso dos membros em 12/09/2018 e que a inclusão da discente Vitória como membro deve ser deliberada na Comissão;
8. A discente Vitória faz os seguintes questionamentos: o porquê do atraso no edital da Monitoria Inclusiva, o relatório de impacto sobre os alunos que necessitam desse atendimento, tanto na sala de aula, quanto na Biblioteca e também sobre os valores que deixaram de ser investidos nesse programa: para onde foram destinados para não serem devolvidos ao Governo Federal;
9. O Prof. Acácio responde que temos orçamento na verba PNAES (que não é lei, o que nos coloca numa situação de grande risco) de aproximadamente 8 milhões de reais, grande parte destinada ao RU. Atualmente discutem-se os impactos do aumento do valor das refeições do RU e quanto isso vai pesar sobre as bolsas de permanência e os auxílios, já que, desde a última gestão, não temos tido participação no orçamento regular. Em nenhum momento a UFABC devolveu dinheiro, pois o que não foi utilizado até dezembro pode ser utilizado até o mês de junho (desde que incluído empenho ó de bolsas no caso da PROAP - em õRestos a Pagarõ). Quanto aos editais, o Prof. afirma que o õcopia e colaõ não funciona mais, pois há necessidade de uma revisão nos textos, inclusive com datas desatualizadas e erros de Português, o que requer leitura minuciosa e correção e o que demandou mais tempo e causou o atraso;
10. A discente Vitória aceita as explicações do Prof. Acácio, porém pede que seja elaborado um Relatório de Impacto, uma vez que ela e a discente Paloma Breit são monitoras e, segundo ela, houve um acúmulo de trabalho enorme devido à falta de novos monitores por atraso do edital;
11. O Prof. Acácio responde que há impactos negativos, não há como evitá-los, pois, trata-se de serviço público e, quando ocorre a saída de servidores, não ocorre a contrapartida imediata de reposição, que requer concursos públicos e maior tempo;
12. Novamente, a discente Vitória solicita a confecção de um Relatório de Impacto, pois, ela afirma que tal documento é muito importante para prevenir que tal problema volte a acontecer, seja nesta ou em futuras gestões;
13. O Prof. Acácio responde que esse documento seria a própria sinopse ou ata da COPA, que tem a ver com a necessária publicidade que deve haver da comissão. Ele afirma que, na medida do possível, as atas e os autos da COPA estarão disponíveis e que não há condições, no momento atual, de produzir um Relatório de Impacto, conforme solicitado pela discente;
14. A discente Vitória afirma que pediu um Relatório de Impacto justamente porque ela ainda não consegue obter atas das reuniões. Ela levanta mais uma questão, agora sobre o Edital da Acessibilidade, o porquê do atraso também deste documento. Ela solicita ainda ao Prof. Acácio autorização para ler uma carta de um aluno, deficiente físico, de nome Rafael, conselheiro da COPA (O Prof. autoriza e a discente faz a leitura ó auxiliada em seguida pelo próprio Prof. Acácio). Após a leitura, Vitória afirma que o relato mostra mais um caso de um deficiente tendo que abrir mão do sonho de frequentar e se formar numa universidade pública por causa da falta de acessibilidade, tanto interna como externa, como por questões financeiras. Ela considera que uma das saídas, tanto para o discente Rafael, como para o outro caso relatado, do discente William, seria o Auxílio Acessibilidade;

15. O Prof. Acácio concorda com ela;
16. A discente Vitória continua ponderando que mesmo esse auxílio seria insuficiente, gostaria de saber o porquê do atraso, saber se há um prazo e se essa verba corre o risco dessa verba não ser mais disponibilizada. Ela justifica aqui também a ausência do discente Rafael pelos motivos elencados e informa que ele autorizou a divulgação de sua carta;
17. O Prof. Acácio afirma que é sempre triste ouvirmos relatos de situações como essa, mas que a PROAP está terminando agora um levantamento, a pedido da SUGPEPE, para pensar as condições de trabalho de maior qualidade dos servidores, a partir de uma lista de cerca de 25, que apresentam um grau de deficiência mais ou menos severo. Ele afirma que, em pouco tempo, se esses problemas não forem sanados em sua totalidade, pelo menos uma parte será resolvida. Finalizando, o Prof. Acácio pede para a discente Vitória verificar com o próprio Rafael, já que ele autorizou a divulgação de sua carta, quando as dificuldades relatadas em sua carta ocorreram para tentar descobrir porque elas não foram resolvidas da forma como ele coloca;
18. Vitória ressalta a importância do Auxílio Acessibilidade porque, além de ele ser um auxílio exclusivo para o deficiente, ele não envolve a questão da renda. Ela cita o caso dela mesma e do Rafael dizendo que, por causa da renda, nenhum dos dois poderia ter esse auxílio em nenhum outro edital, porém, neste edital atual, eles seriam contemplados, porque nele não entra o critério de renda;
19. O Prof. Acácio complementa que o critério de renda foi instituído para garantir que um PCD com uma renda de R\$ 20.000,00 não receba o benefício no lugar de outro com uma renda de R\$ 2.000,00, por exemplo. O critério sócio-econômico não foi feito para restringir, mas sim para garantir uma inclusão, uma vez que não é possível disponibilizá-lo para todo mundo. Ele cita também que a mudança na Resolução 121 está relacionada a isso e que, para o próximo ano, já teremos um edital melhor formado;
20. A Profª. Tatiana questiona se alguém sabe quais as regras do uso da verba ãIncluirõ;
21. A Profª. Priscila Benitez responde que ela é uma verba para um público específico, independente da condição de renda;
22. O Prof. Acácio informa que o Reitor, Prof. Dácio, entrou em contato com todos os deputados eleitos de São Paulo (estaduais e federais) para saber a respeito das verbas de emendas parlamentares, pois foi com elas que as vans da UFABC foram compradas;
23. A discente Paloma Breit faz os seguintes questionamentos/ apontamentos:
  - Sobre o edital do Projeto Incluir: na UFABC sempre era levado em conta a análise de renda do aluno, quanto era o seu gasto e qual sua renda;
  - A UFABC tem como paradigma, no seu Projeto Pedagógico, levar mudanças à sociedade e aos seus alunos, pois ela é uma universidade diferente das demais;
  - Ela sugere, para a gestão do Prof. Acácio, que seja retomado aquilo que já aconteceu e o que ainda não aconteceu, o que foi construído e o que ainda falta, como, por exemplo, a questão das obras de acessibilidade nos campi da UFABC, que já foi objeto da 1ª reunião da COPA, a constituição do GT para reformular a Resolução 121 do CONSUNI e o Relatório de Atividades da COPA (assuntos que permanecem em pauta por muito tempo ó discute-se relatórios por muito tempo sem avançar em assuntos da acessibilidade);
  - Por último, ela questiona sobre a realização da sessão conjunta com a CPAF e qual seria seu escopo;

24. O Prof. Acácio responde sobre a sessão conjunta COPA/ CPAF dizendo que ambas as comissões têm temas bastante sensíveis, uma no campo da Acessibilidade e outra no campo das Políticas Afirmativas, e como quem leva os assuntos ao CONSUNI é a CPAF, talvez se tivéssemos uma sessão conjunta por ano, na qual houvesse uma troca de informações, isso ajudaria inclusive a fazer com que o processo andasse mais rápido em algumas questões (nos moldes das reuniões conjuntas CONSEPE/ CONSUNI);
25. A discente Paloma Breit esclarece que a COPA é consultiva ao CONSUNI e tudo o que diz respeito à acessibilidade, segundo a Resolução de criação, passa por esta comissão;
26. O Prof. Acácio conclui dizendo que ambas as comissões podem contribuir muito uma com a outra;
27. Valterbásio, da PU, faz um informe sobre a SPO: ela está com uma RDC (licitação) de estudo e projeto de acessibilidade para o campus de Santo André (análise e projeto executivo); em SBC, também há um processo licitatório nesse momento;
28. O Prof. Olavo afirma que a estratégia seria primeiro ter o projeto concluído em SBC e depois tentar já adequar algumas soluções que deram certo em SA. O processo foi concluído no Bloco Zeta para então ser implantado no resto do campus. Ele conclui dizendo que seria mais inteligente tentar direcionar a verba para implementá-la em SBC, pelo menos parte desse projeto, e, a medida em que a ação causasse um impacto positivo, a PU faria uma licitação para projetos, porque senão teríamos 2 belos projetos apenas no papel;
29. Valterbásio afirma que a Subprefeitura de SBC recebeu recentemente o projeto do estudo de São Bernardo. Para essa licitação da obra em SA, a PU não foi consultada a respeito de como ela seria, todo o escopo, o estudo, os projetos foram executados pela SPO;
30. A Prof<sup>a</sup> Tatiana toma a palavra e complementa que existe uma distinção entre a abertura de uma licitação para construir um projeto e, posteriormente, em outra fase independente, a execução da obra. A abertura de um projeto de construção de acessibilidade no campus Santo André não significa a execução de obra em Santo André;
31. O Prof. Olavo afirma que isso significa um desembolso de recurso: no projeto, que é algo que termina num papel, existe todo um trabalho de engenharia e de arquitetura para sua execução. Essa verba, em SBC, já foi empenhada e está em execução; a nossa prioridade de gasto orçamentário deve ser a de implementação, pelo menos em parte, do projeto executado em SBC, onde as condições são mais precárias e muitas das propostas utilizadas lá podem ser replicadas em SA sem a necessidade de se fazer novo projeto de engenharia;
32. A Prof<sup>a</sup>. Tatiana disse que entende e concorda com o encaminhamento do Prof. Olavo. Ela só quer pontuar, entretanto, que não necessariamente as alíneas dessas verbas são as mesmas; o fato de se estar fazendo a licitação para um projeto executivo em SA, não significa que esse dinheiro foi tirado da construção de algo em SBC (uma alínea é para construção e outra é para adequação);
33. Valterbásio, da PU, esclarece que, a partir deste ano, a universidade não manda mais orçamento para investimento em obras, mas sim projetos que a própria universidade considera prioritários. Esse recurso não entra mais no orçamento da universidade, ele entra como investimento em educação, em

- questões do REUNI, e não vem mais para a universidade para não ficar naquela questão de que foram recebidos recursos e não expandiram; são projetos que a universidade coloca para o MEC e ele aprova ou não e esse recurso é gerenciado por eles;
34. O Prof. Acácio esclarece que, numa reunião com o Guilherme Madeira na Reitoria, essa verba é pequena, de aproximadamente R\$ 400.000,00, para execução de uma obra em SA com estudo prévio;
  35. O Prof. Olavo afirma que o valor dessa verba é realmente insuficiente para obra civil, seria suficiente para pagar um projeto de engenharia, mas talvez resolvesse grande parte de nosso problema de mobiliário;
  36. Valterbásio, da PU, esclarece que recursos da obra não podem ser utilizados para mobiliário;
  37. A servidora Kátia, bibliotecária, atualmente no Núcleo de Acessibilidade da PROAP, inicia sua explanação sobre a Biblioteca Digital Acessível, que consiste na reunião de todos os materiais de aula, didáticos, obras, etc. Os Monitores Inclusivos estão trabalhando em sua adaptação para disponibilizar os arquivos numa Plataforma da UFABC. A princípio, por sugestão da Prof<sup>a</sup>. Priscila Benitez, em conjunto com a equipe do Núcleo de Acessibilidade, é que seja disponibilizado no catálogo da Biblioteca (sistema ãSofiaö). O único problema é que existem alguns entraves com o pessoal da Biblioteca para que isso aconteça e o Prof. Acácio já está intercedendo junto à Chefia daquele setor para viabilizar o projeto. O cerne dessa ideia é que seja um projeto institucional e seja conduzido pelo Núcleo de Acessibilidade;
  38. A discente Vitória questiona quais seriam as dificuldades de implantação;
  39. A servidora Kátia responde que o Núcleo de Acessibilidade havia solicitado que um bibliotecário conduzisse esse trabalho como um braço do Núcleo. A proposta foi rejeitada pela Biblioteca por não haver servidores disponíveis para conduzir o projeto. Após isso, ela deixou a Biblioteca e entrou na PROAP para tocar o projeto, porém, a resposta atual da Biblioteca, é que, por ela não ser mais servidora daquele setor, ela não poderia mais ter acesso ao sistema ãSofiaö. A nova proposta da Biblioteca seria o ãRepositórioö (ainda sem definição do que isso exatamente seria). A Kátia finaliza dizendo que ela está na fase de implementação do projeto, porém, a catalogação está impedida por enquanto e o projeto ainda não é 100% acessível;
  40. O Prof. Acácio informa que já encaminhou os questionamentos pertinentes a esse assunto à servidora Maria do Carmo, Chefe dos Bibliotecários, e, no momento, aguarda resposta;
  41. A discente Paloma Breit pergunta se há algum problema em fazer o pedido para a Biblioteca de títulos acessíveis, porque já há uma lista de disciplinas com os títulos básicos, que talvez já pudessem ser solicitados;
  42. A servidora Kátia responde que, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, já está previsto que os setores públicos têm que ao menos garantir as obras que estão em formato acessível e disponíveis nas editoras para compra;
  43. O Prof. Olavo cita mais um encaminhamento: após ter analisado as plantas de acessibilidade mais detidamente em casa, ele percebeu que o piso tátil apresenta algumas irregularidades e faz alguns apontamentos sobre isso; ele explana também sobre os prós e contras do mobiliário para PCDs em salas de aula e laboratórios (com projeção da planta no telão);
  44. A servidora Érica Terceiro questiona se as cadeiras e mesas das salas e laboratórios são fixos ou móveis, pois, se forem móveis, não faz sentido discussão na COPA sobre a planta e adequações, basta que tal mobiliário seja realocado de acordo com as necessidades dos deficientes;

45. Valterbásio informa que a PU, sempre que possível, tenta deixar o leiaute das salas de acordo com o projeto original, mas quando o mobiliário é móvel;
46. Eles chegam à conclusão que, de acordo com o leiaute apresentado no telão, perdem-se vagas para alunos não deficientes e, em alguns casos, chega-se a perder 8 vagas. Como o projeto ainda está em implantação, cabe uma revisão e solicitação, por parte do demandante (a UFABC) para que o projeto seja revisto e readequado;
47. Valterbásio se comprometeu a fazer um levantamento com a PU de SBC e com a Prefeita Cláudia Polimeno para saber se o projeto analisado hoje na COPA realmente é o que está na SPO, para que se possa cobrar o pessoal de obras e fazer as adequações e correções necessárias ainda antes de a empresa entregar o projeto definitivo;
48. O Prof. Acácio encerra a reunião, aguardando o retorno prometido pelo Valterbásio e avisando que, se necessário, será marcada uma reunião extraordinária para tratar exclusivamente deste assunto.